

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.751 - DF (2018/0299259-5)
RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
RECORRENTE : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : GIULIO ALVARENGA REALE - DF032029
 CRISTIANE MARIA DA SILVA - DF041587
RECORRIDO : CELIO DE SIQUEIRA SANTOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator): Trata-se de recurso especial interposto por BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

"APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. RESOLUÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO. ALEGAÇÃO DE SENTENÇA INOCORRÊNCIA. CONSEQUÊNCIA DA ULTRA PETITA. EXECUÇÃO DA GARANTIA. SALDO DEVEDOR. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DEVEDOR FIDUCIANTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O princípio da congruência ou adstrição refere-se à necessidade de o magistrado decidir a lide dentro dos limites objetivados pelas partes, não podendo proferir sentença de forma extra, ultra ou infra petita.

2. Embora não exista requerimento expresso na petição inicial quanto à rescisão contratual, verifica-se que tal medida é consequência lógica do pedido, pois no caso de implemento da cláusula resolutiva no contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, tem-se que o contrato principal, de financiamento, é resolvido, afinal houve a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, nos termos do art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei n. 911/69.

3. A busca e apreensão do bem, com a subsequente resolução do contrato de financiamento, não implica extinção da dívida do fiduciante. A teor do que dispõe o art. 1.366 do Código Civil, de aplicabilidade subsidiária ao Decreto-Lei n. 911/69, naquilo que não lhe for incompatível, o débito perdurará até que seja plenamente satisfeito pelo adquirente, caso comprovado que o valor apurado com a alienação do bem é insuficiente para saldar a totalidade do déficit e demais encargos contratuais decorrentes da inadimplência.

4. Recurso conhecido e não provido" (fl. 76 e-STJ).

Nas presentes razões (fls. 86-96 e-STJ), a ora recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 1º, § 5º, do Decreto Lei nº 911/1969, 141 e 492 do Código de Processo Civil de 2015 e 1.366 do Código Civil de 2002.

Aduz que o magistrado não poderia rescindir o contrato de alienação fiduciária em garantia, por não ter sido postulado na inicial.

Acrescenta que, *"por se tratar de Ação de Busca e Apreensão de bem alienado*

Superior Tribunal de Justiça

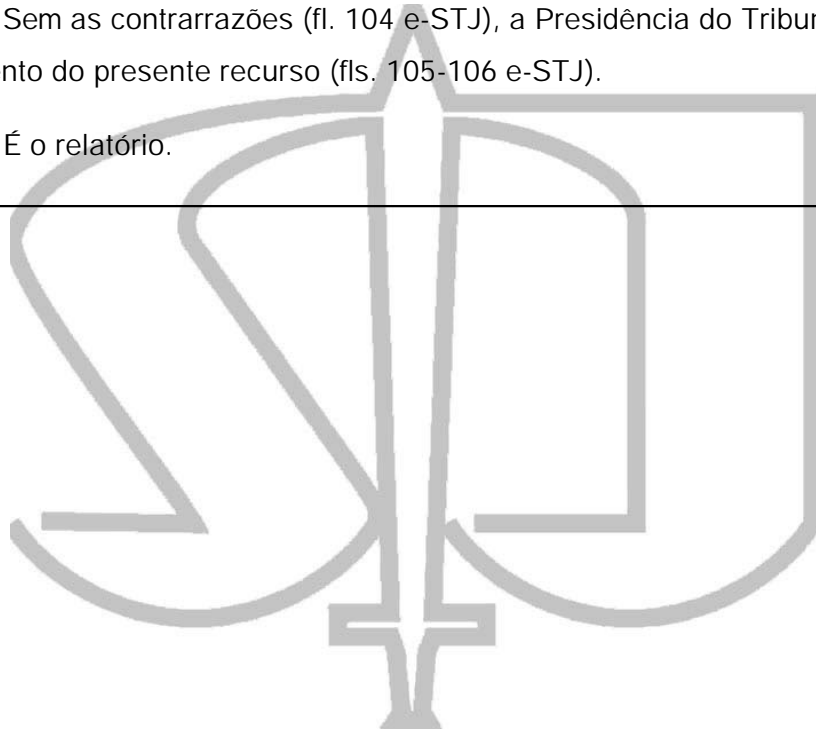
fiduciariamente, a rescisão do contrato impossibilitará o recorrente de ajuizar ação própria se caso houver algum débito remanescente a ser recebido”(fl. 87 e-STJ).

Assevera que o juiz deve resolver a demanda de acordo com os limites propostos pelas partes, sendo vedado proferir decisão de natureza diversa da pedida.

Defende que, segundo a legislação civil, *“não há permissão expressa para que o juiz rescinda o contrato e, pelo contrário, reafirma que em contrato de alienação fiduciária é possível, após a venda da coisa, cobrar saldo remanescente”(fl. 89 e-STJ).*

Sem as contrarrazões (fl. 104 e-STJ), a Presidência do Tribunal de origem admitiu o processamento do presente recurso (fls. 105-106 e-STJ).

É o relatório.



RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.751 - DF (2018/0299259-5)
EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. BUSCA E APREENSÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. EXTINÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. OCORRÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Cinge-se a controvérsia a definir se há julgamento *extra petita* na hipótese em que, julgado procedente o pedido de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, o juiz, sem o requerimento expresso do autor, extingue o contrato firmado entre o devedor fiduciante e o credor fiduciário.
3. O contrato de alienação fiduciária em garantia de bem móvel não se extingue somente por força da consolidação da propriedade em nome do credor fiduciário.
4. O julgamento *extra petita* está configurado quando o magistrado concede prestação jurisdicional diversa da pleiteada na inicial.
5. Na hipótese, à míngua do pedido de rescisão do contrato de alienação fiduciária, a sentença que reconhece extinta a relação contratual é *extra petita*.
6. Recurso especial provido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator): O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

Cinge-se a controvérsia a definir se há julgamento *extra petita* na hipótese em que, julgado procedente o pedido de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, o juiz, sem o requerimento expresso do autor, extingue o contrato firmado entre o devedor fiduciante e o credor fiduciário.

I. Do histórico da demanda

Na origem, BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (ora recorrente) ajuizou ação de busca e apreensão contra CÉLIO DE SIQUEIRA SANTOS (ora recorrido) em razão do inadimplemento do contrato mútuo garantido por veículo automotor em regime de alienação fiduciária (fls. 16-19 e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

O magistrado piso julgou procedente o pedido para "*declarar rescindido o contrato firmado entre as partes e consolidar nas mãos da parte autora a posse e o domínio do bem alienado fiduciariamente objeto do contrato que instrui a petição inicial*"(fl. 54 e-STJ).

Interposta apelação (fls. 61-66 e-STJ), o Tribunal de origem negou provimento ao recurso, conforme se extrai da fundamentação a seguir transcrita:

"(...)

O objeto do recurso cinge-se em aferir se houve julgamento ultra petita do decisum objurgado, porque, conquanto a autora tenha pedido na inicial tão somente a consolidação da propriedade com a posse plena e exclusiva do bem, a Magistrada sentenciante julgou procedente o pedido inicial também para declarar a rescisão contratual.

Consoante disciplina o art. 2º do Decreto-Lei n. 911/69, 'no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas'.

Na hipótese vertente, inexistente controvérsia quanto à mora do apelado, circunstância que permitiu à apelante o exercício da faculdade legal de reputar vencidas todas as obrigações contratuais, na exata dicção do art. 2º, § 3º, do Decreto-Lei n. 911/69. Igualmente, com fundamento no art. 3º do citado diploma normativo, requereu contra a devedora a busca do bem alienado fiduciariamente, que se demonstrou exitosa.

Nesse quadro, havendo o implemento da cláusula resolutiva, com a subsequente execução da garantia, tem-se que o contrato principal, de financiamento, deve ser resolvido, afinal houve a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, nos termos do art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei n. 911/69. Inclusive, a resolução contratual faculta ao credor fiduciário a alienação do bem a terceiros, na forma do art. 2º do Decreto-Lei n. 911/69.

Por sua vez, não se torna inviável, como tenta levar a crer a apelante, que o remanescente da dívida seja posteriormente cobrado, na hipótese de ser considerado resolvido o contrato.

Isso porque, após a busca e apreensão do bem ao alienante e resolvido o contrato de financiamento, a dívida residual não será extinta. A teor do que dispõe o art. 1.366 do Código Civil, de aplicabilidade subsidiária ao Decreto-Lei n. 911/69 naquilo que não lhe for incompatível, o débito perdurará até que seja plenamente satisfeito pelo adquirente, caso comprovado que o valor apurado com a alienação do bem é insuficiente para saldar a totalidade do déficit e demais encargos contratuais decorrentes da inadimplência. Em outras palavras, o devedor fiduciante continuará pessoalmente responsável pelo restante da dívida que será ao final contabilizada. Apenas não mais haverá a garantia fiduciária, justamente em virtude da anterior alienação do bem e da insuficiência do seu valor de venda para saldar todo o débito oriundo da avença celebrada entre as partes.

Com efeito, permanecerá o credor fiduciário, ora apelante, com os

Superior Tribunal de Justiça

meios legais para buscar a satisfação do saldo devedor, se houver saldo a ser liquidado.

Nessa toada, rejeita-se a nulidade invocada pela apelante, não havendo que se falar em sentença ultra afinal, como visto, a execução da garantia ocasionou a extinção do vínculo contratual.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso, mantendo incólume a r. sentença apelada. Deixo de aplicar a majoração prevista no art. 85, § 11, do CPC, uma vez que na sentença o apelante não foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios" (fls. 78-79 e-STJ - grifou-se).

Feitos esses esclarecimentos, passa-se à análise do presente recurso.

II. Da rescisão do contrato de alienação fiduciária em garantia e do julgamento *ultra* ou *extra petita*

A recorrente alega que, nos autos da ação de busca e apreensão de veículo automotor, o magistrado não poderia rescindir o contrato de alienação fiduciária em garantia, visto não ter sido postulado na inicial pelo credor fiduciário.

Conforme o Decreto-Lei nº 911/1969, "*a alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário*". Como consequência, ocorre o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

Na busca e apreensão, o credor fiduciário busca prioritariamente a satisfação da dívida, somente após esgotadas a possibilidade de purgação da mora e do cumprimento da obrigação, ocorre a apropriação do bem (CHALHUB, Melhim Namem. *Alienação fiduciária de bens móveis, busca e apreensão, purgação da mora e consolidação da propriedade*. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, 2008).

Por sua vez, esta Corte Superior já se pronunciou no sentido de que, "*na ação de busca e apreensão amparada no Decreto-Lei n. 911/1969, o provimento jurisdicional pleiteado tem natureza executiva, fundado em título a que a lei atribui força comprobatória do direito do autor*" (REsp 1.591.851/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 9/8/2016, DJe 19/8/2016 - grifou-se).

Além do mais, o credor não pretende, por meio da busca e apreensão, a resolução do contrato, mas, como afirmado, persegue apenas o direito de ver cumprida a obrigação por parte do devedor. Assim, a "*sentença na ação de busca e apreensão não visa à desconstituição do contrato, mas apenas à sua execução, com a consolidação da*

Superior Tribunal de Justiça

propriedade e posse plena nas mãos do proprietário fiduciário" (REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. *Breves comentários às alterações na ação de busca e apreensão em sede de alienação fiduciária*. Revista Juris Plenum, Caxias do Sul (RS), v. 1, n. 5, págs. 7-18, set. 2005 - grifou-se).

Ao julgar procedente o pedido apresentado na ação de busca e apreensão, o magistrado apenas consolida a propriedade do bem – no caso, um veículo automotor - com vistas a garantir que o credor se utilize dos meios legais (alienação do bem) para obter os valores a que faz jus decorrente do contrato (art. 2º, § 3º, do Decreto-Lei nº 911/1969). Nesses termos, a reversão da propriedade plena (consolidação) em favor do credor fiduciário constitui apenas uma etapa da execução do contrato, não pondo fim a ele.

Em situação análoga, a Terceira Turma desta Corte assentou que, em caso de alienação fiduciária de imóveis em garantia regida pela Lei nº 9.514/1997, o contrato não se extingue por força da consolidação da propriedade em nome do credor fiduciário, mas, sim, pela alienação em leilão público do bem objeto da alienação fiduciária, após a lavratura do auto de arrematação. Confira, por oportuno, a ementa do referido julgado:

"RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COISA IMÓVEL. LEI Nº 9.514/1997. PURGAÇÃO DA MORA APÓS A CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE EM NOME DO CREDOR FIDUCIÁRIO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO DECRETO-LEI Nº 70/1966.

1. Cinge-se a controvérsia a examinar se é possível a purga da mora em contrato de alienação fiduciária de bem imóvel (Lei nº 9.514/1997) quando já consolidada a propriedade em nome do credor fiduciário.

2. No âmbito da alienação fiduciária de imóveis em garantia, o contrato não se extingue por força da consolidação da propriedade em nome do credor fiduciário, mas, sim, pela alienação em leilão público do bem objeto da alienação fiduciária, após a lavratura do auto de arrematação.

3. Considerando-se que o credor fiduciário, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.514/1997, não incorpora o bem alienado em seu patrimônio, que o contrato de mútuo não se extingue com a consolidação da propriedade em nome do fiduciário, que a principal finalidade da alienação fiduciária é o adimplemento da dívida e a ausência de prejuízo para o credor, a purgação da mora até a arrematação não encontra nenhum entrave procedimental, desde que cumpridas todas as exigências previstas no art. 34 do Decreto-Lei nº 70/1966.

4. O devedor pode purgar a mora em 15 (quinze) dias após a intimação prevista no art. 26, § 1º, da Lei nº 9.514/1997, ou a qualquer momento, até a assinatura do auto de arrematação (art. 34 do Decreto-Lei nº 70/1966). Aplicação subsidiária do Decreto-Lei nº 70/1966 às operações de financiamento imobiliário a que se refere a Lei nº 9.514/1997.

5. Recurso especial provido".

(REsp 1.462.210/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 25/11/2014 - grifou-se)

Em idêntica linha de raciocínio, eis os fundamentos adotados pelo STJ na

Superior Tribunal de Justiça

apreciação do Recurso Especial nº 1.255.179-RJ, desta relatoria:

"(...)

O crédito remanescente, assim, ainda que considerado de menor importância quando comparado à parcela já adimplida da obrigação contratual, pode ser perseguido pelo credor a partir da utilização dos meios admitidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, dentre os quais se encontram, por exemplo, a própria ação de busca e apreensão de que trata o Decreto-Lei nº 911/1969, que, por razões óbvias, não pode ser confundida com ação de rescisão contratual - essa, sim, potencialmente indevida em virtude do substancial adimplemento da obrigação.

Daí porque, analisado o caso dos autos também por esse prisma, não há falar em ilicitude na conduta do banco recorrente.

Nesse particular, impõe-se rememorar que, diante da própria natureza do contrato de financiamento de automóvel com cláusula de alienação fiduciária em garantia, a medida de busca e apreensão do veículo em virtude da mora ou inadimplemento do devedor não tem por finalidade a extinção do contrato. Traduz-se, em verdade, em meio posto à disposição do credor fiduciário para possibilitar a satisfação do seu crédito independentemente de ato voluntário do devedor" (grifou-se).

Dessa forma, sem razão o Tribunal local ao concluir que *"havendo o implemento da cláusula resolutiva, com a subsequente execução da garantia, tem-se que o contrato principal, de financiamento, deve ser resolvido"* (fl. 78 e-STJ).

Todavia, resta analisar igualmente a controvérsia à luz da alegada violação dos arts. 141 e 492 do CPC/2015, que encontram-se assim redigidos:

"Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte."

"Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Parágrafo único. A decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional".

Conforme o princípio da congruência ou da adstrição, o juiz deve decidir a lide dentro dos limites formulados pelas partes, não podendo proferir sentença de forma *extra, ultra* ou *citra petita*. Em conformidade com o art. 322, § 2º, do CPC/2015, a interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.

Na hipótese dos autos, o pedido foi formulado nos seguintes termos:

"(...)

8. Assim, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos do já citado diploma legal, com as alterações dadas pela Lei 10.931/2004 e Lei 13.043/2014, pede a Vossa Excelência para:

Superior Tribunal de Justiça

a) conceder liminarmente, a *BUSCA E APREENSÃO* do(s) bem(ns) descrito(s) no item 2 (dois) retro, com a consequente expedição de *OFÍCIO AO DETRAN* para retirada de quaisquer ônus incidentes sobre o bem junto ao Registro Nacional de Veículos Automotores - *RENAVAM* (IPVA, multa, taxas, alugueres de pátio etc.) anteriormente à consolidação da propriedade, bem como *OFÍCIO À SECRETARIA DA FAZENDA ESTADUAL* comunicando a transferência da propriedade, para que esta se abstenha à cobrança de IPVA junto ao Banco autor ou a quem este indicar, anteriormente à consolidação da propriedade.

b) determinar a inclusão da presente Busca e Apreensão no *RENAVAM* para impossibilitar a circulação do veículo (art. 3º, § 9º) através do Sistema *Renajud* ou, caso indisponível, seja feita através de ofício ao Departamento competente, ordenando sua restrição à circulação, e autorizando o recolhimento do bem pelas forças policiais, com imediata comunicação ao representante do credor fiduciário, adiante nominado.

c) determinar a citação da ré (réu) na pessoa de seu representante legal (caso a ré seja empresa) para querendo no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida indicada no item 03 (três) da presente inicial, acrescida dos encargos pactuados, custas processuais e honorários advocatícios sobre o valor total, conforme julgamento do STJ, proferido no Recurso Repetitivo n. 1.418.593- MS, hipótese na qual o(s) bem(ns) lhe será(ão) restituído(s) livre do ônus da alienação fiduciária e ou para no prazo de 15 (quinze), sob pena de revelia, contestar e acompanhar a presente ação, até final decisão.

d) decorrido o prazo de 5 (cinco) dias após executada a liminar sem que a ré efetue o pagamento da totalidade do débito, tornar definitiva a consolidação da propriedade com a posse plena e exclusiva do(s) bem(s) objeto da demanda, em mãos do autor, tudo conforme disposição legal, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 3.º do Dec. Lei 911/69, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 56 da Lei 10.931/04.

e) o devedor, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, deverá entregar o bem e seus respectivos documentos, de acordo com o §14 do art. 3º, do Dec. Lei 911/69, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.931/04.

f) na hipótese do descumprimento §14 do art. 3º, do Dec. Lei 911/69, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.931/04, requer seja arbitrado multa diária, a ser paga pelo réu, até o efetivo cumprimento.

g) condenar a ré (réu) ao pagamento das custas e honorários advocatícios" (fls. 17-18 e-STJ).

Como se vê, o autor, em nenhum momento, postulou a resolução do contrato de alienação fiduciária na petição inicial, sendo tal fato expressamente reconhecido pelas instâncias ordinárias, caracterizando, assim, o julgamento *extra petita*. Portanto, à míngua de requerimento da parte nesse sentido, não poderia o julgador declarar a extinção do vínculo contratual.

3. Do dispositivo

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a extinção do

Superior Tribunal de Justiça

contrato de alienação fiduciária em garantia de bem móvel, mantendo a procedência do pedido de busca a apreensão.

É o voto.

